



Rede CERTIFIC: a inclusão profissional e o respeito à diversidade como princípios do processo de certificação de trabalhadores

Luiz Lopes Lemos Junior¹

Leonel Piovezana²

A Rede Nacional de Certificação Profissional – Rede CERTIFIC – é política pública educacional brasileira que reconhece formalmente os saberes, conhecimentos e competências não-formais e informais de trabalhadores através de certificação profissional (BRASIL, 2014b). A pesquisa visa conhecer como esta política pública educacional trata de questões inclusivas e de diversidade. Por isso, busca-se indicar princípios de inclusão e diversidade contidos na legislação da Rede CERTIFIC e investigar o cumprimento desses princípios. Esta é uma pesquisa básica, exploratória, que faz uso de procedimento bibliográfico de coleta de dados (PRODANOV; FREITAS, 2013) em fontes científicas de estudo, legais e governamentais. A abordagem será qualitativa quanto à reunião e interpretação dos dados coletados. A pesquisa bibliográfica foi orientada pelos descritores CERTIFIC, Reconhecimento de saberes e Recognition/validation/accreditation of prior learning, nas bases de dados: Periódicos CAPES, Teses e dissertações e SciELO (relevantes na área da educação). As obras consultadas são do período de 2008 a 2019. Existem trabalhos que estudam se no Brasil, pela grande miscigenação da população brasileira, não existe preconceito, nem discriminação (TEIXEIRA; CAMPOS; GOELZER, [2014]). Antes, é necessário distinguir um do outro: o Dicionário Michaelis define preconceito como o “conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto”, formado desfavoravelmente, podendo ser decorrente de crença, superstição ou generalização; já discriminação é a “capacidade de discriminar ou distinguir”,

¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó, luizllj@unochapeco.edu.br

² Universidade Comunitária da Região de Chapecó, leonel@unochapeco.edu.br

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

mas que, em sua prática social, segrega pessoas ou grupos de acordo com sua “cor da pele, do sexo, da idade, credo religioso, trabalho, convicção política etc.” Os dois conceitos caminham muito próximos, porquanto o preconceito justifica a discriminação de pessoas. Valente (2004), além de admitir que há preconceito e discriminação no Brasil, reconhece que há uma discriminação que merece maior destaque: a discriminação pela raça, o racismo. No artigo “Ação afirmativa, relações raciais e educação básica”, ela trata destes assuntos especificamente no contexto da educação básica, identificando que as políticas públicas os sustentam e que as crianças discriminadas na escola, por consequência de suas origens étnicas, são afetadas por toda a vida adulta. A discriminação e o preconceito geram exclusão escolar, afirmam Kadlubitski e Junqueira (2009), e, em contrapartida, o combate a essas práticas proporcionam, em ambiente escolar, a manutenção da cultura dos estudantes e convívio harmonioso de suas diversidades. O combate à discriminação e ao preconceito aumenta a motivação escolar, um dos fatores apontados à evasão escolar (SAMPALIO et al., 2011), promovendo assim a inclusão de mais pessoas em anos letivos mais avançados. Quando isso não ocorre, “a discriminação continua a existir na sociedade em geral e no mercado de trabalho” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2019), informam que 26,7 milhões de brasileiros de 14 anos ou mais de idade frequentaram curso de qualificação profissional até o segundo trimestre de 2019. Também revela que 23,8 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, com no máximo o ensino superior incompleto, não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular e destes, quase a metade, 41,9%, não completaram o ensino básico. Em um país-continente, com mais de 211 milhões de habitantes, estes números identificam uma educação básica precária e um ensino técnico insuficiente para atender as demandas profissionais e propor estratégias para a redução da necessidade de processos de certificação. Uma estratégia para estimular a elevação da escolaridade e aumentar a taxa de trabalhadores com competências profissionais reconhecidas nacionalmente é o processo de certificação de saberes não-formais e informais. O reconhecimento de saberes e competências, também conhecido como reconhecimento de aprendizagem prévia (RPL, sigla do original em inglês), é assunto de preocupação mundial há

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

décadas (HLONGWANE, 2018). O RPL pode receber diferentes nomenclaturas conforme o país, mas Andersson, Fejes e Sandberg (2013) identificam 3 contextos para sua criação, independente do nome: o primeiro, baseado no sistema educacional para reconhecer créditos a adultos, tanto para a formação profissional, quanto para o ensino secundário e superior; o segundo, no mercado, onde a profissão é desempenhada; e o terceiro, nos estudos de identificação do valor da aprendizagem por meio do trabalho. A implementação do programa educacional depende de uma etapa legal para preparar um arcabouço legal, que deve ser aprovado. Publicada a norma, inicia-se a fase de execução desta assim como aconteceu nos Estados Unidos nos anos 1970, e depois no Reino Unido, Nova Zelândia, África do Sul etc. (HLONGWANE, 2018; SILVA, 2018; CORTESSIS, 2014). Dentre os muitos países que realizaram os processos, Portugal mantém experiências desde o ano 2000, com elevado número de locais certificadores. Em Portugal, os processos são chamados de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Atualmente, o Programa Qualifica administra o RVCC, que contém quase 300 locais (Figura 1), espalhados por todo o país e reconhece 319 qualificações das modalidades: técnico e qualificação. No Brasil, em 2009, a Rede CERTIFIC foi criada pela Portaria Interministerial Nº 1.082 (entre o Ministério da Educação – MEC – e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE), em resposta ao processo previsto no artigo 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/1996, que assegura que “O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. O Ministério da Educação (BRASIL, 2014a) publicou o Documento Orientador da Rede CERTIFIC em 2014, que apresenta as etapas de preparação e desenvolvimento da certificação profissional. “O processo de certificação profissional consiste no desenvolvimento das seguintes etapas: inscrição, acolhimento, matrícula, avaliação, certificação e encaminhamento”, segundo Brasil (2014a, p. 35). Identifica-se o termo “inserção profissional” sinônimo ao termo “inclusão profissional” no contexto em que se encontra. Pieczkowski (2019, p. 18) preocupa-se com o uso do conceito “romanceado” de inclusão e considera que, de fato, “a inclusão é refletir acerca de processos que nos subjetivam e governam, que nos fazem assumir como verdades

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNOCHAPECÓ



PPGE_d
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

pressupostos que nos causaram, ou causarão estranhamento em algum tempo”. A autora prevê, mesmo que num contexto diferente, que a inclusão gera uma tensão natural pelo seu estranhamento. Com a inclusão profissional não é diferente: o trabalhador certificado, reconhecido pelas suas capacidades profissionais, ao buscar a inclusão no mercado de trabalho estará exposto a esse tensionamento, até que o mercado conheça, reconheça e se naturalize com o trabalho da Rede CERTIFIC. O inciso VI prevê suporte necessário para se atingir essa inclusão por meio da articulação “entre políticas públicas de educação profissional e de emprego, trabalho e renda” (BRASIL, 2014b). Esse esforço foi visível na época, porquanto a Portaria Interministerial nº 5 de 2014, e o Documento orientador da Rede CERTIFIC do mesmo ano, foram elaborados pelos MEC e MTE. Por outro lado, para que a diretriz se execute, esses esforços ampliados com novas regulamentações conjuntas agora com o MEC e com o Ministério da Economia (BRASIL, 2019). Sem essa articulação, a proposta de ampliação de “possibilidades de inserção profissional dos sujeitos certificados” (BRASIL, 2014b) incorrerá em risco de insucesso para novos processos de certificação. Experiências brasileiras de certificação identificam algumas visões de trabalhadores com relação ao ingresso no processo CERTIFIC ou à metodologia adotada. A fala de um pescador entrevistado na pesquisa de Coelho (2014) revela como muitos adultos enxergam o ambiente escolar: “Estudá na escola?! Escola é lugá de criança, num é pra nós não. Vamo estudá aqui mesmo na Colônia [...]” Pela influência a que o modelo brasileiro foi submetido, é necessário investigar o sistema educacional português também. A rede de informação sobre educação na Europa (Eurydice), vinculada à União Europeia, formulou em 2005 um documento chamado A Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa, no tópico “Principais orientações de política educativa” para organização e gestão do currículo nacional do ensino básico, com os seguintes princípios relacionados com a temática desta investigação:

- a Educação para a Cidadania como uma formação transversal e transdisciplinar, integrada em todas as áreas curriculares e em todos os ciclos de ensino, cuja componente curricular é da responsabilidade de todos/as os professores/as a nível de conteúdos programáticos, metodologias e atitudes e em todas as situações vividas na escola; [...]
- a existência de áreas curriculares não disciplinares vocacionadas para trabalhar temas transversais e contribuir para a formação integral dos alunos, através da articulação e contextualização dos saberes;

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação

PPGEFB
Programa de Pós-Graduação em
EDUCAÇÃO
UNIOESTE - FBE

Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECO

UNOCHAPECÓ

UNOESC
UNIVERSIDADE DE OURO PRETO

PPGEEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

- a diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes para cada ciclo. (UNIDADE EUROPEIA DE EURYDICE, 2005, p. 99).

Como visto, os princípios do programa brasileiro estão identificados em sua normativa como tópico, mas os princípios do programa português revelam-se de forma implícita em seus objetivos ou nas proposições das empresas parceiras acreditadas, portanto inovação do programa de certificação brasileiro. A situação em que se encontram alguns trabalhadores, sem educação profissional formal, em si mesma apresenta uma realidade problemática da sociedade. Não seriam necessários processos de certificação, caso os trabalhadores tivessem suas formações profissionais formalmente certificadas. Esse problema reflete um outro problema anterior, que é a evasão da educação básica. Concluímos que os programas de certificação são soluções paliativas a problemas sociais estruturais. Sánchez (2002) propõe mudanças com a democratização e melhora da qualidade da educação e com a igualdade de oportunidades de todas as crianças à educação para, quando adultos, competirem com condições isonômicas a outros níveis e modalidades de educação e de emprego. Ao identificar como solução a qualidade da educação, é preciso retroceder um pouco mais e notar que a formação do corpo docente influencia diretamente nesta variável. Além de uma formação técnica e pedagógica mais adequada, os professores da educação básica devem estar qualificados para trabalhar com a inclusão e com o respeito da diversidade cultural dos alunos em sala de aula, como orientação pedagógica para os trabalhadores aplicarem em suas vidas profissionais. Se a diversidade fosse matéria de estudo mais efetiva nos cursos superiores, além dos cursos das áreas de humanidades, a fim de se democratizar a educação no Brasil, certamente a escola seria um lugar mais acolhedor, com menos dificuldades (KADLUBITSKI; JUNQUEIRA, 2009), a evasão seria menor e, conseqüentemente, a necessidade de certificação profissional também. Quanto a sua responsabilidade documental, as Orientações para a implantação da Rede CERTIFIC (BRASIL, 2010, p. 80) estabelece que “o Certificado Profissional [...] pretende ampliar as possibilidades de inserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho [...]”. Ainda que não esteja explícito em normativa que a impressão do certificado não aponte o processo pelo qual a pessoa se submeteu para obtenção do documento, mas as suas competências, sendo o mesmo certificado emitido ao

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

egressos do curso de referência. Esta é uma prática comum entre as equipes organizadoras do processo, a fim de se evitar possíveis desmerecimentos ou constrangimentos ao trabalhador certificado quando da apresentação do documento em empresas ou processos de contratação profissional.

Palavras-chave: Certificação. Competência profissional. Inclusão educacional. Rede CERTIFIC. Preconceito. Discriminação.

REFERÊNCIAS:

ANDERSSON, Per; FEJES, Andreas; SANDBERG, Fredrik. Introducing research on recognition of prior learning. **International Journal Of Lifelong Education**, [S.I.], v. 32, n. 4, p. 405-411, ago. 2013. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/02601370.2013.778069>.

BRASIL: MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Orientações para a Implantação da Rede CERTIFIC**. Brasília: MEC, Setec, 2010. 96 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2010-pdf/4381-ultimaversao-certific>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL: MEC, MTE. **Documento orientador da Rede Nacional de Certificação Profissional**. Brasília: 2014a. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/ensino/certific>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

BRASIL: MEC, MTE. **Portaria Interministerial nº 5**. Dispõe sobre a reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional – Rede CERTIFIC. Rede Nacional de Certificação Profissional: Rede CERTIFIC. Brasília: Imprensa Nacional, 02 maio 2014b. n. 82, Seção 1, p. 14-15. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2014&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=176>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Governo Federal reduz de 29 para 22 de ministérios**. 2019. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticias/governo-federal-reduz-de-29-para-22-de-ministerios>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

COELHO, SUELY FERNANDES. **Pescador não quer essa escola**: representações sociais em área de conflito de território (04/06/2014). 223 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL CENTRO I.

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação

PPGEFB
Programa de Pós-Graduação em
EDUCAÇÃO
UNIOESTE - FBE

Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECO

UNOCHAPECÓ

UNOESC
Instituição de Ensino Superior

PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

CORTESSIS, Sandrine. Un dispositivo de experimentación para los evaluadores de validación de experiencias adquiridas Investigaciones empíricas. **Laboreal**, [S.I.], v. 10, n. 2, p.31-42, 2014. Laboreal, FPCE, Universidade do Porto.
<http://dx.doi.org/10.15667/laborealx0214sc>.

HLONGWANE, Ike. Recognition of Prior Learning Implementation in Library and Information Science Schools in South Africa: A Literature Review. **Africa Education Review**, [S.I.], v. 15, n. 3, p.113-129, 11 abr. 2018. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/18146627.2017.1353396>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. 2019. Elaborado pela Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=resultados>. Acesso em: 18 out. 2020.

KADLUBITSKI, Lidia; JUNQUEIRA, Sergio – PUCPR. Diversidade cultural na formação do pedagogo. PUC PR. Curitiba PR. Anais... **IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE**. III Encontro Sulbrasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009. PUCPR, Curitiba. p. 317-330. Disponível em:
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2565_1071.pdf. Acesso em: 09 ago. 2016.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Mediação pedagógica na relação com universitários com deficiência. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. e42 / 1-21, maio 2019. ISSN 1984-6444. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/28452>>. Acesso em: 13 dez. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1984644428452>.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MASSCHELEIN, J. SIMONS, M. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2014.

SAMPAIO, Breno et al . Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 287-309, Junho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 dez. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502011000200006>.

SÁNCHEZ, Carlos. **A escola, o fracasso escolar e a leitura**. In LODI, Ana Claudia Balieiro. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002. 196 p.

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação

PPGEFB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO
UNIOESTE - FBE

Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECO

UNOCHAPECÓ

UNOESC
UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA

PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

SILVA, Daniela Vilaverde e. Educação, Institucionalização e Legitimação: novas arquiteturas educativas à luz do modelo neo-institucional em Portugal. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 101, p. 1197-1219, dez. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362018000401197&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 dez. 2019. Epub 14-Maio-2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-403620180026001177>>.

TEIXEIRA, Erika Ferraz; CAMPOS, Josué de; GOELZER, Marlene Márcia. A permanência do racismo na sociedade brasileira. [2014]. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/web/seduc/-/a-permanencia-do-racismo-na-sociedade-brasilei-1>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

UNIDADE EUROPEIA DE EURYDICE. **A Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa**: com anexo sobre a situação em Portugal. Bruxelas: Comissão Europeia, 2005. 119 p. ISBN: 92-894-9782-3. Disponível em: <<http://www.eurydice.org>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

VALENTE, Ana Lúcia. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. **Revista Brasileira de Educação**. N. 28, Rio de Janeiro Jan./Apr. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100006>.

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNOCHAPECÓ



PPGE_d
Programa de Pós-Graduação
em Educação